

## Educação e Produção de Conhecimento na Sociedade de Conhecimento na Sociedade da Informação

Maria de Fátima Monte Lima<sup>1</sup>

A informatização geral da sociedade capitalista é uma tendência avassaladora que marca o século XXI, levando à generalização de um tipo de sociabilidade centrado na comunicação eletronicamente mediada. *Software, hardware, sites*, cibersociedade, cibercultura, *bits* configuram a existência do digital, do tempo real, dos hipertextos conformando um mundo eletrônico, instituintes do processo de mundialização financeira, articulando as diferentes e longínquas sociedades em rede.

Tais elementos definem o tempo presente indicando deslocamentos operados a partir da crescente presença das Tecnologias da Informação e da Comunicação, na esteira produtiva invadindo o cotidiano dos sujeitos sociais. Esta nova possibilidade de vida impõe à sociedade e às suas instituições sociais a aquisição de equipamentos, linguagem e conhecimentos específicos, sem os quais a cibersociedade não tem condições de efetivar a sua democracia.

As emergências das redes técnicas e sociais nos levam, então, a pensar a sociedade sob o prisma da contemporaneidade e, de modo singular, a produção de conhecimentos por sua capacidade de produção e de disseminação, ao estabelecer conexões entre as diferentes partes do mundo. O surgimento de diferentes comunidades virtuais que produzem conhecimentos, inclusive as comunidades científicas globais ultrapassando os limites colocados pelo espaço e tempo.

Temática que conduz a diferentes visões que vão desde o caráter liberador das redes como alguns estudiosos que acreditam na contribuição das redes, por seu caráter organizador para que os homens construam condições inéditas de modificação da ordem instituída. Como também, no seu extremo, numa perspectiva contrária, situam-se aqueles que acreditam na possibilidade de consolidação da ordem, reforçando o seu caráter vertical, hierárquico, conservador, excludente e concentrador dos processos de mundialização, levando a um debate amplo sobre técnica, política e cultura.

O importante é que no século XX, as TIC transformaram os conceitos modernos de espaço e tempo reproduzindo velhas contradições e produzindo novas conexões: circulação, organização, poder e comunicação. As propriedades dos diferentes tipos de redes construídas

---

<sup>1</sup> Professora doutora e pesquisadora da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade Tiradentes, na área de Educação e Comunicação.

ao longo da história foram ampliadas e sintetizadas pelas inovações tecnológicas. A ciência como força produtiva vem transformando os campos dos saberes atingidos pelo ritmo frenético das inovações trazidas pelas redes digitais, via TIC, na esteira da revolução da microeletrônica e da internacionalização da economia.

O conceito de rede torna-se um conceito chave na virada cultural dos anos 60 e, segundo Frederic Jameson,

expressa como a lógica do capitalismo avançado sobrepõe economia e cultura, fazendo com que tudo se torne cultural, inclusive a produção de mercadorias e a alta finança especulativa, ao mesmo tempo em que a cultura se torna profundamente econômica e mercantilizada (1998, p.73).

Nessa ótica a indústria da informação e da comunicação assume um papel da maior importância, em que o trabalho intelectual enquanto fonte de conhecimento produz valor que se agrega à mercadoria, facilitando o uso comercial das redes. Este tende a se ampliar tornando-se um valor a ser perseguido, na corrida rumo aos poderes econômico, comercial, científico, técnico, cultural e político, os quais se encontram enraizados no movimento de interconexão global.

Assim, de acordo com Bolaño (2000), configuram um espaço público diferenciado, marcadamente restrito por sua abrangência, servindo também para dar coerência trans-histórica à fragmentação do corpo social, mascarando o caráter dos recortes e da segregação sociais. Os destituídos de condições de acesso à produção e ao consumo das redes digitais ficam excluídos das oportunidades brindadas pela técnica.

Neste caso, o *locus* ocupado pelo indivíduo na sociedade determina o nível de suas escolhas e esta circunstância fará que a segmentação seja desigual pela ausência de condições que podem levá-lo a optar ou não, de fato. O quadro da exclusão será então, permanente, pois ao se ampliar o processo de segmentação desigual promove-se em infinito os desníveis sociais. Em outras palavras, o que se produz a partir das Tecnologias da Informação e da Comunicação “é uma segmentação desigual dos consumos, com sistemas de informação importantes para a tomada de decisões restritas à elite” (CANCLIN, 1990, p. 347).

A cibersociedade imbuí-se então de um paroxismo frente às promessas modernas de universalização e democratização das oportunidades sociais, inclusive as culturais, inclusas na ascensão de uma

[...] comunidade global diversificada, em tempo real, ali, em uma dimensão paralela, com seus muitos fragmentos unificados apenas através de abstrações, implodindo sobre a cabeça dos atores perseguidos por antigas pretensões a identidades resolvidas e orgânicas (RIBEIRO, 2000, p. 471).

Dessa maneira as redes por si só não garantem a consolidação de vínculos sociais. A reconfiguração de corpos e identidades pela multidão virtual e pelo espaço fragmentado, também virtual, descentrado, termina por potencializar a experiência de consumidores.

Para Brittos (1999), o consumo cultural no ciberespaço, possibilita uma maior visibilidade das diferenças sociais, nos diversos setores da sociedade o que denota os limites da inclusão social, também no ciberespaço. As estratégias de comunicação na rede são dirigidas a grupos específicos, com linguagens específicas reafirmando a divisão social, nesse locus objetivando o controle político da sociedade.

As redes também alteram o lugar do Estado no processo de reestruturação produtiva modificando-o no sentido de ampliar as distâncias entre as condições de vida e os padrões de consumo e que conduziu a demandas e a necessidades diferenciadas. Caberia ao Estado um papel fundamental nesse processo, ao se constituir em *locus* da ação política, assim como para a sociedade civil.

Segundo Bolaño (2000), a experiência nacional vem demonstrando que houve e ainda há uma ação, limitada por parte dos governos e uma dificuldade política da sociedade civil no sentido de construir e restabelecer canais de comunicação abrangentes, que viabilizem uma abertura efetiva para a colocação ampla das expectativas sociais sobre os órgãos do Estado, nos diferentes setores da sociedade, em especial nos setores: científico, tecnológico, cultural e educacional.

Na Sociedade da Informação os canais de comunicação se ampliaram, mas não se universalizaram nem se democratizaram suficientemente, favorecendo no caso brasileiro contratos entre as próprias agências estatais, depois entre o Estado e o setor produtivo, e por último, entre este e a comunidade científica. As formas que essa teia de poderes vem assumindo nos últimos onze anos, evidenciam uma rigidez do governo para com as políticas sociais e uma flexibilidade razoável para com a política econômica externa.

A tensão entre os interesses privados que crescem na rede e os interesses públicos é clara. Matizam-se no novo espaço social velhas discussões sobre a contradição entre serviço público e comércio, ao mesmo tempo em que se reacendem as bases para o questionamento da democracia, a partir das possibilidades de interatividade colocadas pela Internet.

Nesse universo, as Tecnologias da Informação e da Comunicação ameaçam a atuar como uma cortina de fumaça entre aqueles que a consomem e a sua condição no mundo, uma vez que os pobres são excluídos da sociedade da informação e nele apareçam como objetos e nunca como sujeitos com suas próprias vozes, ficando o potencial emancipatório das redes em segundo plano.

O crepúsculo do século XX demonstrou-nos que a história não acabou e que a Sociedade da Informação, que surge como um dos diferentes caminhos no século XXI, não se traduz em rupturas cruciais na economia instaurando uma democracia digital. Não obstante, como afirma Alain Herscovici (2001), as especificidades do modo de produção e de distribuição do excedente, em função das formas institucionais e das modalidades a elas ligadas, estão acontecendo, mas a estrutura fundamental do capitalismo e o conceito de classe social a ele ligado permanecem.

Reafirmado por David Harvey (1989), o desenrolar das transformações ocorridas na infra-estrutura aponta para a compreensão da Sociedade da Informação como mais um processo de reorganização do capitalismo, na sua incansável necessidade de acumulação. O aperfeiçoamento dos mecanismos de produção, armazenamento e circulação da informação funcionam no sentido de favorecer a fluidez do capital financeiro. Neste contexto, segundo César Bolaño (2000), os EUA lideram a nova estruturação mundial através dos usos das redes digitais, consolidando uma Economia da Internet ou a Economia das Redes, como denomina Manuel Castells (1999).

A sociedade em rede, a sociedade da informação a sociedade do conhecimento configuram-se como mais um processo de modernização da estrutura capitalista, do que uma revolução cultural, no sentido de destruir as bases deste modo de produção modificando a sociedade, radicalmente e construindo outra, qualitativamente nova.

É verdade que as Tecnologias da Informação e da Comunicação não resolvem as contradições do sistema capitalista, porém modificam suas configurações históricas, e à medida que esses novos sistemas adotam uma estratégia de segmentação, estão se consolidando uma fragmentação e uma multiplicação dos diferentes espaços públicos, os quais funcionam na perspectiva hegemônica, como instâncias legitimadoras e como campo de mediação simbólica (HERSCOVICI, 2001).

É elucidativa a definição moderna de democracia que Norberto Bobbio nos apresenta.

É o estado no qual a luta contra o abuso de poder é travada paralelamente por dois *fronts* – contra o poder que parte do alto em nome do poder que vem de baixo, e contra o poder concentrado em nome do poder distribuído (1998, p. 956).

É contra a concentração de poder dos meios de comunicação que grupos organizados da sociedade devem lutar, uma vez que a radicalização da democracia deve ter os meios de comunicação e de produção cultural, como um dos seus principais alvos.

Pierre Lévy, (1998) a partir de uma utopia democrática fundada nos meios de comunicação digital, estes de caráter interativo e distribuído, propõe uma sociedade fundada

nas redes, *locus* por ele determinado de Ciberespaço. A junção de poderes técnicos e políticos é denominada pelo autor de Tecnologias Políticas.

O pressuposto de que a rede pode ser uma grande ágora, desde que socializada, abre uma janela para o diálogo com Lévy, que valoriza a concepção do ciberespaço cooperativo como um verdadeiro serviço público.

Isto supõe, sobretudo, apreender os agenciamentos políticos, sócio-técnicos e culturais que atravessam as redes. As suas possibilidades ou não de acesso e de democratização no seu movimento histórico são definidas nos rumos de tensão entre os interesses comerciais que se expandem, estupidamente, na rede e os interesses públicos, os quais tecerão novas vias de participação, à medida que a questão da interatividade e de suas possíveis conseqüências para a democracia colocar-se de forma renovada.

Entendemos que a Internet carrega uma flagrante contradição em função de suas características intrínsecas e de sua história que aponta para possibilidades de comunicação entre os indivíduos e grupos sociais que não se adequam, diretamente às necessidades da acumulação capitalista e aos interesses hegemônicos. Contradição própria da sociedade civil, na luta por manter a sua autonomia em relação aos interesses colonialistas do Estado e do capital, presentes no espaço virtual, mobilizando os novos e poderosos instrumentos que as Tecnologias da Informação e da Comunicação oferecem.

O importante sublinhar é que as TIC se tornaram fundamentais no processo atual de reprodução e de garantia do sistema capitalista. É na luta hegemônica que se desenvolvem e se aperfeiçoam fazendo parte do paradigma atual produtivo. Gestadas no seio dos processos sócio-técnicos trazem em si as marcas da relação homem-máquina no processo de produção da materialidade e da subjetividade humana, que como tal, correspondem à subsunção geral do trabalho intelectual.

A participação da sociedade nos assuntos que envolvem questões mais complexas como as TIC, que reformulam o trabalho e o conhecimento em todos os setores da sociedade contemporânea, confere um sentido novo ao mundo e aos processos, enquanto demanda habilidades mais complexas na compreensão das dinâmicas relacionadas aos diferentes setores sociais e às suas respectivas políticas.

### **O trabalho no centro da produção do conhecimento e da informação**

A presença das TIC conduz a uma nova função e conteúdo informacional do trabalho, reafirmando o *locus* de centralidade deste, na contemporaneidade. O contexto que configura

este fato é denominado pelos autores, a partir de diferentes categorias de análises. Adam Schaff (1996) e Milton Santos (1999) explicam o caráter atual do trabalho a partir da relação ciência e tecnologia, denominando as transformações que geraram tal situação de Revolução Técnica Científica, por acreditarem que a dinâmica atual do regime de produção capitalista está fundada na ciência e na tecnologia.

Daniel Bell (1976) afirma que a relação baseia-se nos serviços, tratando-se de uma Revolução Pós-Industrial e Jean Lojiline (1995) entende que é na convergência do trabalho e dos serviços, que se gesta a Revolução Informacional.

As Redes de processamento da Informação e da Comunicação, são as responsáveis pela atual mutação, como afirma Manuel Castells denominando-a de Sociedade em Rede (1999), segundo César Bolaño (1999), pressupondo, corretamente, que a atual etapa do capitalismo tem a informação como força produtiva de importância central, mas sem atentar para o fato de que é ainda o trabalho – e não a informação (ou a tecnologia) em si – que determina essa centralidade.

Ao não discutir este problema, afirma Bolaño (2000), grande parte das análises reforça a velha ideologia daqueles economistas que, a serviço do capital, procuram ver como fatores produtivos, não apenas o trabalho, mas todos os componentes do capital constante – máquinas, equipamentos, objetos, *softs*, informação. O que se tem claro é que ainda não se descobriu uma forma em que qualquer um desses elementos possa funcionar sem a ação do fator subjetivo do processo de trabalho.

A centralidade atual do trabalho encontra-se ratificada por sua dimensão imaterial, promovendo-se uma rearticulação entre o trabalho manual e intelectual, configurando mais uma vez novas hierarquias, as quais evidenciam que na prática das relações de produção aprofundam-se os mecanismos de subordinação e de exclusão social, que explicitam, pelo contrário, a centralidade que o trabalho ainda possui. Assim, [...] mais do que invadir a cultura, o capital torna-se cultura, no sentido mais amplo do termo, e a forma mercadoria passa a monopolizar o conjunto de relações sociais, inclusive aquelas mais internas e mais resistentes à expansão da lógica capitalista (BOLAÑO, 2000, p. 48).

Reafirmando essa posição e contrapondo-se às demais Marcos Dantas, enfatiza o caráter ascendente do trabalho no movimento de acumulação contemporânea. O trabalho continua sendo, portanto, a fonte de valorização do capital e considerando sua natureza informacional, agregará valor na medida em que esse valor esteja contido na informação processada, registrada e comunicada (DANTAS, 2000, p. 229).

O processo produtivo, de modo geral, ainda é o processo de valorização do capital em detrimento do trabalho, e a informação hoje é considerada valor, capital. A subjetivação do trabalho e a apropriação da cultura pelo capital de modo expressivo, estruturam os caminhos

da Sociedade da informação. A tendência é que o processo de imaterialidade do trabalho dissemine-se por todos os espaços sociais invadindo as diferentes temporalidades da vida, e o mundo da cultura apresente-se como meio adequado de uma construção social que, possui como elemento fundamental, a interação entre subjetividade do uso e as possibilidades da infra-estrutura.

A difusão das TIC tende a ser produzida pela coletividade através da ação socializadora da produção subjetiva-imaterial. As redes digitais aparecem como elemento estrutural na geração de alternativas de desenvolvimento econômico, cultural e social, na medida em que se configuram enquanto artefato tecnológico – *hardware* – infra-estrutura das múltiplas ações de produção, consumo e socialização de informações e de conhecimentos.

Nessa nova forma de produzir, a exclusão do trabalho e, particularmente, do trabalho manual, fica mais evidente com a ascensão do componente intelectual, cuja qualidade básica é a imaterialidade do trabalho, concorrendo para que a divisão do trabalho se transforme, deslocando-se do seu caráter manual (material) para o seu caráter intelectual (imaterial).

Nesta arena, o papel do trabalho intelectual realizado através das redes digitais é definidor, pois dois elementos básicos se apresentam nessa dinâmica. O primeiro, o trabalho intelectual é humano e isto dificulta uma subordinação total e completa aos ditames da produção de mercadorias, embora tudo seja feito para anulá-lo. Este seu caráter específico é o elemento necessário ao processo de mediação que dirigido para a legitimação das relações sociais capitalistas, abre possibilidades de ações liberadoras.

O segundo, as Tecnologias da Informação e da Comunicação possuem o caráter generalizante da convergência o que as tornam fator de produção do capitalismo globalizado. Estruturam-se de forma anárquica, apesar de se adequarem à hierarquia do sistema capitalista, o que favorece a construção de práticas sociais horizontais e de cooperação e solidariedade, o que as dotam de caráter liberalizante.

### **Educação, trabalho e cultura na Sociedade da Informação**

Campo constituído pelo trabalho intelectual, a educação tem o seu processo de trabalho alterado com a presença das TIC. Na perspectiva do mercado, as habilidades subjetivas são intensificadas no processo de aprendizagem, em nome das novas competências e da Educação Continuada, e, a idéia de gestão tornou-se central. O processo de reestruturação produtiva vem construindo e delineando novos atributos para a reprodução do capital,

privilegiando, cada vez mais, o componente intelectual do trabalho, em atendimento ao novo patamar tecnológico e social.

A predominância dos componentes intelectuais da força de trabalho desloca das mãos do trabalhador a exploração do trabalho e coloca o foco da exploração no seu cérebro, em sua capacidade subjetiva. Este deslocamento resulta de múltiplos fatores que vêm contribuindo para novas formas de organização do trabalho. No entanto, o fator que lhe deu viabilidade técnica-operacional foram as TIC e que pressupõem, cada dia mais, competências antes não requeridas para o trabalho e para o capital.

A qualificação, capacitação e a especialização, apesar de categorias já existentes, voltam a ser estimuladas no sentido de dar conta da atualização da força de trabalho para atender as mudanças nos diferentes processos de trabalho, as quais, com a reestrutura produtiva, mudam, qualitativamente, sua configuração e ampliam seu nível de complexidade, bem como, as demandas do capital e da sociedade.

A antiga e a nova força de trabalho, qualificadas deverão atender aos requisitos decorrentes do novo patamar tecnológico e da forma de organização do processo de trabalho, correspondentes, para alguns autores, à Sociedade da Informação.

Nos setores mais dinâmicos de acumulação do capital, em torno da predominância do componente intelectual do trabalho é que os demais atributos da qualificação se estruturam. São estes setores que irão imprimir sentido ao desenvolvimento econômico global, à medida que são eles que estabelecem índices de produtividade, critérios de eficiência, qualidade e competitividade. Definem, portanto, o perfil da força de trabalho. Estabelecem o quadro geral de elementos constitutivos da qualificação deixando alertas várias possibilidades de hierarquização desses elementos, assim como os tipos de suas relações recíprocas (BRUNO, 1996, p. 97).

A noção de qualificação não pode ser mais aquela requerida pelo processo de trabalho fundado no fordismo e no taylorismo, que se realizava sob um espaço determinado, uma temporalidade e hierarquização correspondentes. A realização das tarefas sob o ritmo da maquinaria enfatizava mais os atributos ligados ao trabalho manual, focalizando o controle nas mãos do trabalhador. A forma de hierarquização também se altera consideravelmente, o que implica em diferentes formas de controle do processo de trabalho.

Se hoje ele foge das mãos são criados processos de gerenciamento participativo, que funcionam como canais de apropriação da capacidade de pensar dos trabalhadores, do seu nível argumentativo, e de suas formas de interação. Os requisitos desenvolvidos no processo de qualificação para o trabalho, exigem das agências formadoras o desenvolvimento de habilidades como: a facilidade de compreensão de textos, raciocínio lógico, abstrato,



facilidade de relacionamento, boa comunicabilidade, entre outras, traçam um perfil qualitativamente mais amplo do trabalhador.

Todavia, a contradição formação para o trabalho e formação para a cidadania se aprofunda, à medida que, a subsunção do trabalho intelectual cinde ainda mais o processo, ratificando a segmentação e fragmentação do trabalho. Neste contexto, a qualificação, expressão do caráter subjetivo do trabalho é requisito básico, somente, onde há necessidade de especialização, objetivando-se a cada necessidade de reestruturação produtiva, vindo a contribuir com a verticalização. Ela não age como elemento de valorização dos trabalhadores como defendem alguns, perdendo no capitalismo, o sentido de categoria universal de inclusão. Neste sentido, por mais que as TIC favoreçam a objetivação do trabalho intelectual, na escola, a lógica da divisão entre os que pensam e os que falam se adentra.

Na perspectiva da sociedade, o processo de trabalho, ao generalizar-se, desloca-se da atividade única, no chão da fábrica, na Sociedade Industrial, para as diversas atividades no âmbito da cultura, na Sociedade da Informação.

O processo de desenvolvimento que marca a sociedade tecnizada é policêntrico, manifesta-se em todos os níveis da vida social, pois suas técnicas são generalizáveis para diversas situações, sem que seja possível prever suas conseqüências, pois além de manifestar-se desta forma difusa, é marcado por um ritmo acelerado de inovações e tem estreitado o intervalo entre suas descobertas e aplicações (MACHADO, 1992, p. 13).

A presença das TIC expande os muros do espaço tradicional de trabalho, como também do *locus* de formação de seus atributos às demais esferas sociais de produção, que deverão participar na formação da capacidade de trabalho social. Há uma desterritorialização da produção dos processos de trabalho, de conhecimento, de informação e de cultura e a criação de diferentes lugares sociais, não-lugares, e entre-lugares.

### **Educação, Trabalho e cultura na produção de conhecimentos**

O final do século nos brindou com mudanças significativas do lugar da Educação, percebida por seu caráter de centralidade, como capital do novo século. Na infovia do processo de produção de mercadoria, os caminhos da Educação e da Comunicação se cruzam e ganham realce nos diferentes discursos: dos economistas oficiais, de vários educadores e nas políticas educacionais, na perspectiva da formação de mão-de-obra qualificada, escolarizada e econômica. Alguns desatentos, inclusive, às conseqüências advindas da reestruturação produtiva mundial, como a segmentação do mercado e o enfraquecimento de importantes formas de organização da sociedade civil e a influência das redes nos processos educativos.

Na sociedade da informação o trabalho e a ciência aceleram a velocidade das condições sociais do trabalho intelectual criando uma tecnologia que comprime o espaço e o tempo e desterritorializa os saberes, concretizando novas vias de circulação e de produção do conhecimento. Como vimos anteriormente, esta é uma sociedade em que o trabalho caracteriza-se por suas qualidades de não-material, polimorfo, flexível, polifuncional, cooperativo, colocando o consumidor e o produtor, de forma ativa, na rede técnica e social.

A educação *on line*, marca cada vez mais sua entrada nas escolas, terminando nos setores intelectualizados da produção. O discurso da informação, do conhecimento e da cultura, mediado pelas TIC, já se faz presente nas academias, escolas e demais espaços educativos da sociedade, de alguma forma, significando assim, que novos canais e formas de organização, de produção e de transmissão de conhecimentos se ampliam vertiginosamente, alargando o campo educativo. A educação desterritorializa-se não podendo mais se restringir ao campo da educação formal, institucionalizada e meramente presencial. O espaço urbano esgarça-se abrindo possibilidades para a organização de redes culturais interativas, como afirma Lúcia Bruno:

A formação das novas gerações é um processo complexo que envolve várias esferas sociais e uma multiplicidade de instituições, as primordiais na produção da qualificação, são: a esfera familiar, a esfera das instituições especializadas, fundamentalmente a escola, e o meio social que no capitalismo tem sido, sem dúvida o urbano. (1996, p. 98).

Pautada pela dinâmica de desenvolvimento capitalista, cada instância social de produção da capacidade de trabalho tem a sua importância impressa, no movimento internacional e local da produção social do lucro. A sociedade vai além do mercado e as esferas e instituições sociais são conclamadas a contribuírem com os processos de formação da força de trabalho, por conta da generalidade das informações e habilitações necessárias ao processo produtivo.

Historicamente, coube de modo determinante à sociedade, à família e depois à escola a formação de capacidades para o trabalho, enquanto agências socializadoras. O nível de instrução geral requerido atualmente para a realização do modo de produção enfatiza, ainda mais, a função social da escola e o papel da sociedade, trazendo a necessidade de uma socialização ampla da produção. Assim, desloca para o meio social, também a formação do trabalhador, exigindo que a escola se aproxime desse cotidiano social.

Nessa direção, Walter Benjamin prenunciou uma nova sociedade e uma nova educação, na qual

[...] a diferença essencial entre o autor e o público está a ponto de desaparecer. Ela se transforma numa diferença funcional e contingente. A cada instante, o leitor está pronto a converter-se num escritor. Num processo de trabalho cada vez mais especializado, cada indivíduo se torna bem ou mal um perito em algum setor, mesmo que seja num pequeno comércio, e como tal pode ter acesso à condição de autor. O mundo do trabalho toma a palavra. Saber escrever sobre o trabalho passa a fazer parte das habilitações necessárias para executá-lo (BENJAMIN, 1993, p. 184).

A escola na contemporaneidade é convidada a entrar no mundo do trabalho e da cultura como forma de qualificação para o trabalho e de socialização. O trabalho intelectual, materializado na informação, conhecimento e cultura, determina outras competências de qualificação para o trabalho diferentes e plurais, o que pode enquanto possibilidade alavancar um processo organizativo, com outros setores da sociedade, através de diferentes conexões.

As redes digitais, desde que socializadas, possibilitam não somente o consumo de conhecimentos, mas, poderão produzir e agenciar o trabalho intelectual gerador de conhecimentos, num contínuo interativo de diferentes saberes e informações entre diferentes culturas, classes sociais, etnias, religiões, etc., como também entre as regiões, as políticas, as sociedades.

A escola hoje é uma instituição que se transforma e por ela passa indubitavelmente uma rede de discursos e de tecnologias que quebram a unidade, anteriormente instituída. As TIC transformam o *modus vivendi* escolar e a produção de subjetividades. Como tecnologias da inteligência (Lévy, 1993), elas se encontram imbrincadas com o nosso sistema cognitivo, reconfigurando a rede sócio-técnica de significados, criando diferentes possibilidades de construção do conhecimento do mundo.

Para Maria de Fátima Lima e outros (2005),

[...]a mudança trazida pelas TIC no centro do trabalho educativo suscita uma pedagogia que favoreça o aprendizado individual e coletivo de modo cooperativo, em rede. Assim como Lévy (1999), entendemos que a sociedade atual transita para uma sociedade móvel, em que as relações e as interconexões que a escola produz com a diversidade cultural se traduzem em fluxos de conhecimentos. Hoje essa conexão ainda é frágil e passiva e o espaço escolar ainda é um espaço centralizador. Dessa forma, pensar a escola como um centro móvel é compreendê-la, no âmbito interno e externo, como um campo de interação que se amplia à medida em que ela estiver conectada com o seu interior (campo relacional e cognitivo) e estender suas conexões com o exterior (político, cultural e econômico). (2005, p. 241)

A binaridade das redes possibilita a produção de conhecimentos de maneira capilar, coletiva e horizontal, o que pode vir a gerar novas formas de participação, apropriação de conhecimentos. Para Lima (2002), a Internet e a educação, entendidas como prática social desafiam o trabalho docente enquanto trabalho intelectual, como fator de democratização e de cultura. A elaboração de diferentes formas de aprendizagem e de diferentes processos de

sociabilidades que dinamizam os saberes das diferentes culturas e classes sociais, mantendo em rede com as diferentes culturas um diálogo constante é um dos desafios pedagógico para os professores e demais sujeitos educacionais.

O ensino e a aprendizagem *on line* contêm potencialidades de criação e de concretização de novas e diferentes formas de aprender e de pensar, mesmo se as possibilidades sociais e subjetivas de criação das mesmas, ainda estejam em construção Para Lima e Bolaño

um ponto chave nessa discussão refere-se ao papel de mediação que tem o trabalho intelectual, o que lhe confere um caráter duplamente contraditório: aquele referente à inserção subordinada no processo de produção em geral e aquele ligado à função de mediação, pelo fato de se tratar de produção de sentido (2001, p.29).

Portanto, é necessária ousadia intelectual suficiente para o processo de reconceitualização, no entendimento da relação mundo sensível e leitura do mundo, após a emergência das TIC. É procedente que a produção de sentido na escola esteja em defasagem com o avanço tecnológico e a criatividade educacional de apropriação significativa, não apenas por conta dos recursos disponíveis.

Essa técnica emancipada, que cada vez mais se confronta com a sociedade moderna e autoriza a produção do cotidiano, coloca o homem frente a esta segunda natureza, por ele criada e por ele desconhecida, que o faz render-se à aprendizagem que vai além do analfabetismo digital. Isto ocorre sempre que o homem encontra-se, pela primeira vez, diante de um artefato técnico inusitado que coloca a arte (técnica) a serviço do aprendizado social, coletivamente insurgente.

Os docentes já participam das redes de trabalho social, de modo coletivo, porém a produção e a produtividade dependem dos agentes que exercitam suas atividades nos espaços públicos de cooperação, menos do tempo, como fator de produção, e mais de produção de tempo. O regime de acumulação atual implica a mobilização da subjetividade do trabalhador, de sua capacidade de enfrentar o aleatório, o imprevisível e o evento (COCCO, 1999, p. 286-287) e a educação é desafiada a transformar-se em educações.

Nesse movimento é importante a defesa de um novo profissional com autonomia voltada para o desenvolvimento humano e não subsumido pelo contexto do trabalho. Profissionais que interajam com a sociedade e compreendam o trabalho como uma rede de relações multilaterais com base nas ações comunicativas. Portanto, paradoxalmente, iniciativa e flexibilidade também são os atributos da e para desordem atual do trabalho, isto é, uma organização para uma nova ordem social. Neste instante, entra em ação, a outra face da escola — a da socialização

Atualmente, a lógica capitalista, ao introduzir computadores nas escolas, amplia o mercado e seus mecanismos reprodutivos por estimular a produção de subjetividades. Isto pode vir a propiciar a chave maior de possibilidades de liberdade, no âmbito do capital ou não, devido à natureza do caráter qualitativo e objetivo de produção.

Pensamos poder existir aí um veio que conduza à construção da liberdade, no qual o trabalho intelectual que por sua natureza não se resume a zero, nunca desaparecerá enquanto produção de subjetividade, qualquer que seja a sua expressão, podendo se configurar num trunfo político na organização dos trabalhadores intelectuais. Conseqüentemente, a luta pelo seu controle também não desaparecerá, podendo, historicamente, mudar a sua forma, o que só reafirma o seu valor e singularidade.

Outros espaços que não só os do mercado são importantes para uma mudança substancial. A sociedade civil, no sentido gramsciano, aponta para os movimentos sociais como um dos sujeitos políticos de imensa importância social na Sociedade da Informação. Se pensarmos as redes digitais como verdadeiros laboratórios de criatividade, nos quais novas alternativas políticas e sociais poderão ser gestadas, veremos que unidades menores de trabalho, mais ágeis, dotadas de maior capacidade de iniciativa, articuladas em redes surgem por toda parte. É todo um tecido social que se dinamiza em outros canais além do Estado.

As redes de movimentos sociais e educacionais, ao se conectarem a novos espaços e lugares sociais podem vincular-se de forma agregada como acontece na rede existente, mas podem também, fundamentalmente, transformar esses vínculos, frente ao potencial virtual da Internet e das demais práticas sociais, criando tessituras orgânicas que aos poucos recompõem o tecido esgarçado das formas anteriores, recompondo-se em outros tecidos.

É mister conquistar a ética da solidariedade, compartilhar com aqueles que acolhem em suas mãos a difícil tarefa do trabalho do intelecto e os demais produtores anônimos que consolidam a funcionalidade do Estado/sociedade. A etnologia da solidariedade unida as diferentes redes sociais estabelecem conexões entre aquilo que seria o marco divisório da Educação, apogeu de uma forma anterior única, e o intrincado infinito de fios a tecer.

## Referências Bibliográficas

BELL, D. **El advenimiento de la sociedad post industrial**. Madrid: Alianza, 1976.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas v. 1. Trad. Sérgio Paulo Rounet. Prefácio. Jeanne Marie Gagnebin. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993 , 253p.

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 3ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1998 , 100p.

BOLÃO, C. R. S. Sociedade da Informação: reestruturação capitalista e esfera pública global. **Revista Estudos de Sociologia**. Araraquara, São Paulo. v. 8, n.00, p. 93 – 128, 2000.

\_\_\_\_\_. O fator Subjetivo. **Anais do XXIII Congresso Intercom**. São Paulo, CD-ROM, v. 00, n. 00, p. 00, 2000.

BRITTOS, V. C. **Capitalismo, redes contemporâneas e exclusão**. In: Texto apresentado no VIII SIPEC, GT-Economia Política da Comunicação: economia das redes, espaço público e novas tecnologias. Vitória (ES), 1999. (mimeo) .

BRUNO, L. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, Lúcia *et alli*. (org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas** . São Paulo: Atlas, p. 91-123, 1996. 204p.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad**. México: Grijalbo, 1990. 347p.

CASTELLS, M. A. Sociedade em rede. Trad. Roneide Venancio Majer. In: **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**; v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 617p.

COCCO, G. A nova qualidade do trabalho na era da informação. In: LASTRES, H. M. M. e ALBAGLI, S. (orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, p. 262-289, 1999.

DANTAS, M. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, Helena M. M. e ALBAGLI, Sarita (orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, p. 216-261 , 1999, 318p.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna . Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992, 349p.

HESCOVICI, A. **A sociedade da informação:** os mitos da tecnologia e da economia. Trabalho apresentado no II EXPOCOM – MERCOSUL, Montevideu, v. 00, n. 00, maio, 2001.

JAMESON, F. **Pós modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. Trad. Maria Elisa Cevasco. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997, 430p.

LÉVY, P. **Inteligência coletiva:** por uma antropologia do ciberespaço. Trad. Luiz Paulo Rounet. São Paulo: Loyola, 1998.

LIMA, M. de F. M. **No fio de esperança:** políticas públicas de educação e tecnologias da informação e da comunicação. 2002. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação da Bahia – UFBA. Salvador, setembro de 2002.

LIMA, M. de F. M. e BOLANO, C. R. S. Mundo do trabalho e educação à distância. In: **Revista Comunicação & Educação.** ECA, USP. São Paulo, ano VII, jan./abr. 2001, p. 21-30.

LIMA, M. de F. M., PRETTO, N. De L. e FERREIRA, L. S. Mídias Digitais e Educação: tudo ao mesmo tempo agora o tempo todo. In: BARBOSA FILHO, André, CASTRO, Cosette e TOME, Takashi (orgs.). **Mídias digitais:** convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005. (Coleção Comunicação – Estudos).

LOJIKINE, J. **A Revolução informacional.** Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1995, 315p.

MACHADO, L. R. de S. Qualificação do trabalho e relações sociais. In: FIDALGO, F. (org.). **Gestão do trabalho e formação do trabalhador.** Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, p. 13-40, 1996.

RIBEIRO, G. L. Política cibercultural. In: ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos:** novas leituras. Belo Horizonte: UFMG. pp. 465 – 502, 2000, 538p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio-técnico científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999, 190p.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática:** as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1996, 157p.